



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING ELETRÔNICO

25/12/2010

INDICE

1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
1.1. INSTITUCIONAL.....	1 - 8
1.2. JUIZADOS ESPECIAIS.....	9
2. JORNAL O DEBATE	
2.1. PRISÃO.....	10
2.2. SISTEMA CARCERÁRIO.....	11
3. JORNAL PEQUENO	
3.1. COMARCAS.....	12
3.2. SISTEMA CARCERÁRIO.....	13 - 14
3.3. VARA CRIMINAL.....	15
3.4. VARAS ESPECIAIS.....	16

Porta-voz

das crianças e adolescentes no Brasil



Unicef completa seis décadas de atividades no Brasil, com uma trajetória que traz entre suas conquistas a redução da mortalidade infantil.
Ps 6, 7 e 8



Unicef comemora 60 anos de atuação no Brasil

Em seis décadas o Fundo das Nações Unidas conseguiu convencer os governos do país a investir em políticas públicas específicas para crianças

Requel Araújo
Especial para o Terceiro Setor

Toda criança tem direito à vida, à saúde, à educação, a uma família feliz e estruturada. Toda criança tem direitos. Nos últimos 60 anos, essa mensagem foi repetida incansavelmente em todo o mundo pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância, o Unicef, e conseguiu mudar o pensamento de toda uma sociedade que via crianças como propriedades dos pais, ou "adultos pequenos". "Esse é o grande mérito do Unicef: sua capacidade de convencimento da sociedade e poder público de que criança tem direitos. Na Sociedade Brasileira, os pais pensam que são donos dos filhos e isso é levado para o poder público que não reconhece que as crianças tem sua própria visão de mundo. Mas o Unicef conseguiu convencer os governos a desenvolverem políticas públicas específicas para as crianças. Isso é louvável", resume a Secretária de Igualdade Racial do Estado do Maranhão, Claudett Ribeiro.

Em 2010, o Unicef comemorou 60 anos de atuação no Brasil, mas sua história começou um pouco antes. Em 1946, logo após o término da Segunda Guerra Mundial, a Organização das Nações Unidas (ONU) tinha dezenas de desafios para reerguer o mundo destruído pela guerra. Um deles era garantir uma infância digna às crianças das nações arrasadas durante o conflito. Assim nasceu o Unicef, um órgão especializado, vinculado diretamente à ONU e mantido pelos países signatários da organização.

A partir do início da década de 50, a organização decidiu estender sua atuação para países em que a situação da infância estivesse em risco social e econômico. Então, a agência se instalou no Brasil, criando o primeiro escritório em João Pessoa (PB). "Depois da primeira fase do pós-guerra, os chefes de estado entende-

ram que a situação de crianças em outros países era tão grave quanto a da Europa, e a agência estendeu sua presença para outras regiões. A princípio com uma visão ainda de atendimento emergencial, mas isso mudou, principalmente naquelas regiões onde se verificava maior gravidade da situação da infância. Como é um fundo, ele surge exatamente com aquela ideia da solidariedade horizontal, ou seja, quem tem mais, ajuda quem não tem", explica a coordenadora do Unicef no Maranhão, Eliana Almeida.

Nas últimas seis décadas, o órgão tem participado de importantes conquistas como a erradicação da pólio, a redução da mortalidade infantil, a distribuição da merenda escolar e a recente ampliação da obrigatoriedade do ensino dos 4 aos 17 anos. "Não podemos dizer que fomos os únicos responsáveis pela melhora nesses indicadores, mas temos orgulho de tê-la fomentado, de ter mobilizado parceiros para o alcance desses resultados", diz Eliane.

Atualmente com 191 países signatários, o Unicef age sempre em parceria com governos federal, estadual e municipal, e sociedade civil, formando redes de mobilização em favor do cumprimento dos direitos da infância. Hoje, o Fundo atua em todo o país, mas mantém escritórios nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Maranhão, Pará e Amazonas, além do Distrito Federal.

Nos 10 primeiros anos de Brasil, a prioridade era a sobrevivência de crianças e adolescentes. Campanhas de vacinação e nutrição foram lideradas pelo Unicef, que capacitava médicos, enfermeiros e outros profissionais de saúde para a atenção a gestantes.

Uma das campanhas mais emblemáticas da entidade, o Criança Esperança, desenvolvido em parceria com a Rede Globo de Televisão, arrecadou mais de R\$ 130 milhões e apoiou cerca de 4,8 mil projetos que beneficiaram mais

de 2,7 milhões de crianças e adolescentes brasileiros. E esses resultados dizem respeito ao período que vai do ano de criação da campanha – 1986 – até 2003.

Desafios - "Chegamos ao Brasil com a missão de diminuir o índice de mortalidade infantil, que apresentava uma taxa elevadíssima, bastante desafiadora. Na época, atuamos junto ao governo brasileiro com ações em prol das vacinas e da alimentação, para diminuir as mortes por fome e desnutrição. Hoje, nossa atuação mudou. Não compramos mais medicamentos e equipamentos para o governo brasileiro. O que fazemos é intermediar a compra de forma que seja barateada em 40% ou até 50%. Nesses 60 anos nossa atuação no país evoluiu tanto que o Unicef Global considera que a nossa ação é uma das mais avançadas no mundo", comemora Eliane.

E avançou mesmo. Hoje, o Brasil apresenta uma taxa de 19 bebês mortos para cada 1 mil nascidos vivos. Está muito próximo do que foi estabelecido como uma das metas do milênio, a serem cumpridas até 2015, que é de alcançar a média de 14 bebês mortos para cada 1 mil nascidos vivos.

Mas a coordenadora Eliana Almeida pondera: "O Brasil verifi-



Lançamento da edição 2009-2012 do Selo Unicef Município Aprovado realizado na Assembleia Legislativa



Platêia assiste premiação do Selo Município Aprovado no interior do Maranhão



Celebração estadual do pacto "Um Mundo para a Criança e Adolescente"

“

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão"

Convenção sobre os Direitos da Criança adotada, em 1989, pelas Nações Unidas

cou muitos avanços como nação, e hoje está entre as 10 maiores economias do mundo. Os avanços são concretos, entretanto ainda há alguns grupos de crianças e adolescentes em situação de bastante vulnerabilidade, o que faz com que a presença do Unicef seja necessária”, explica.

Entre os grupos de maior vulnerabilidade apontados estão as crianças e jovens negros, indígenas e moradores de comunidades populares dos centros urbanos. “Esse público está nas nossas prioridades de ação, junto com os adolescentes brasileiros, já que nessa faixa etária ainda está concentrada uma baixa escolaridade, e um índice preocupante de violência e mortes por causas externas, ou seja, assassinatos”, lamenta.

Muitas dessas crianças são as mesmas que estão fora da escola ou são exploradas com trabalho infantil, ou possuem necessidades especiais, acredita Eliana. Atualmente, o Brasil ainda tem mais de 800 mil crianças fora da escola. “Se você divide essas 800 mil crianças em 5 mil municípios, você tem noção da missão que temos pela frente. Por esse e outros motivos ainda se justifica a nossa presença de maneira tão significativa. A medida que o país vai avançando e que todos os direitos das crianças são assegurados, a tendência é que nossa presença vá diminuindo até que atuemos apenas monitorando o cumprimento dos direitos da infância”, diz a coordenadora.

Ela também acredita que o Brasil está próximo de começar a “devolver” a solidariedade que durante muitos anos recebeu com apoio financeiro de outros países. “O Brasil já tem uma capacidade de arrecadação bastante interessante. Da região da América Latina e Caribe é o país com a maior capacidade de arrecadação interna. Muitos dos nossos projetos, inclusive, já são financiados com recursos de doadores locais. Mas ainda recebemos recursos de comitês internacionais. Está chegando a hora de nos transformarmos em um comitê, arrecadando recursos internamente para apoiar outras nações muito pobres”, garante.



Crianças e adolescentes maranhenses das regiões do Semi-Árido e Amazônia Legal são atendidas pelo Unicef, como prioridades das suas ações do Pacto Um Mundo para a Criança e Adolescente



PAZ ENTRE OS POVOS

A Organização das Nações Unidas (ONU) começou a existir oficialmente em 24 de outubro de 1945, quando foi assinada a "Carta das Nações Unidas" – que defendia a luta pelos direitos humanos, a autodeterminação dos povos e a solidariedade internacional.

A entidade foi fundada por 51 países, incluindo o Brasil, e hoje conta com 191 países membros.

Apesar de o prédio das Nações Unidas ter sede em Nova York, nos Estados Unidos, a ONU é território internacional.

A missão da ONU é fomentar a paz entre as nações, cooperar com o desenvolvimento sustentável, monitorar o cumprimento dos Direitos Humanos e das liberdades fundamentais e organizar reuniões e conferências em prol desses objetivos.

Na estrutura da organização existem seis principais órgãos: Conselho de Segurança, Assembleia Geral, Conselho de Tutela, Secretariado, Corte Internacional de Justiça e Conselho Econômico e Social. Além disso, a ONU possui órgãos especializados como a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura), a FAO (Organização para Agricultura e Alimentação), o UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), a OMS (Organização Mundial da Saúde), entre outros.

Maranhão: um desafio duplo

Prioridade para o atendimento às crianças maranhenses que vivem nas regiões do Semi-Árido e Amanzônia Legal

Para os municípios maranhenses o Unicef teve que se preparar no sentido de enfrentar dois desafios apresentados pela geografia do estado. “Em termos de programação elegemos algumas áreas prioritárias para desenvolvermos nossas ações, onde acreditamos que a situação da infância apresenta maior vulnerabilidade. São elas o Semi-Árido, a Amazônia Legal e as comunidades populares dos grandes centros urbanos. No Maranhão trabalhamos com as três, já que o estado fica localizado em uma área de transição entre as regiões Norte e Nordeste”, explica Eliana Almeida.

A coordenadora ressalta que, apesar de não poder atribuir exclusivamente à atuação do Fundo no estado, a melhora de indicadores da infância no Maranhão tem sido motivo de orgulho para a entidade e seus parceiros. “Nesses anos de presença do Unicef no Maranhão, temos a clareza de que não fizemos nenhuma ação sozinhos, somente com parceiros. Isso porque não temos competência para mudar a legislação ou financiar políticas públicas, mas nós fazemos essa mobilização e colamos nos nossos parceiros pedindo pra q eles façam a adesão a ideia. E tem dado muito certo”, diz Eliana.

Ela destaca, entre os avanços dos indicadores da infância no estado, a

diminuição dos subregistros, ou seja, o número de crianças e adolescentes sem um documento de identidade – condição básica para alçá-los ao status de cidadãos. “Em meados da década de 90, o Maranhão apresentava o maior índice de subregistro brasileiro, em torno de 67%. Em uma ação integrada com vários atores, como o governo do estado, Secretarias de Saúde, Tribunal de Justiça, Ministério Público, Secretaria de Direitos Humanos, Movimento Negro e Organizações da Sociedade Civil, conseguimos baixar esse número para 22% em 2005, fazendo o Maranhão descer para a 4ª posição no ranking nacional. Isso foi resultado de diversas campanhas e ações”, garante a coordenadora.

Outro resultado destacado por Eliana refere-se à denúncia, registrada em 1996, de que, no município de Caxias, um grupo de autoridades locais faziam uso de uma rede de exploração sexual de menores. A denúncia uniu vários atores da sociedade civil e do poder público, e apresentou resultados como a criação da Delegacia de Proteção aos Crimes contra a Criança e o Adolescente, e todo o complexo que a complementa: uma vara e uma promotoria especializadas em crimes contra a criança, e um inédito Centro de Perícias especializado na investigação de crimes cometidos contra crianças e adolescentes. “An-

tes, ao denunciarem a violência, as crianças e jovens acabam sendo vitimizados novamente, cada vez que tinham que repetir seus depoimentos ou seus exames periciais. E, além disso, às vezes não eram avaliadas adequadamente, porque muitos crimes contra crianças não deixam marcas físicas visíveis, mas sim emocionais e psicológicas. Por isso é preciso uma abordagem especializada, que revele os crimes. A criação desse centro, portanto, é um avanço espetacular, pois é o primeiro desse tipo que se tem notícia”, comemora a coordenadora.

Sociedade civil - As parcerias com as organizações da sociedade civil e institutos também renderam resultados interessantes no estado. Na Região da Baixada Maranhense, no território rural dos Campos e Lagos, por exemplo, uma parceria com o Instituto Formação conseguiu elevar em 20% a inclusão digital de crianças e jovens. “Desde 2003, o Instituto Formação tem trabalhado com apoio

do Unicef realizando projetos focados na educação da infância, adolescência e juventude. Foram numerosas as formações de jovens para ações da cidadania e voltadas para o debate e a construção de políticas públicas de educação, cultura, esportes e comunicação, que desenvolvemos mediante acordos de ação cooperativa. Muitos jovens que participaram de cursos de Ensino Médio profissionalizante nos Centro de Ensino Médio e Profissionalizante (CEMP), e em outros espaços de formação não escolar, como Fóruns da Juventude contribuíram na realização de práticas diversificadas de formação de crianças nas áreas da leitura, de educação ambiental, teatro, dança, música e esportes educativos, além de atividades lúdicas. Elas tiveram acesso a ferramentas de comunicação e à internet desenvolvendo-

se significativamente”, conta a Coordenadora de Projetos do Instituto Formação, Regina Cabral.

A Procuradora-Geral de Justiça do Estado do Maranhão, Maria de Fátima Travassos, resume o que pensa ser o principal motivo para parabenizar a instituição pelos 60 anos de atuação no Brasil. “O Unicef não se limita a ser um mero repassador de recursos para projetos, mas tem como um dos eixos principais de sua atuação o diálogo com seus parceiros na própria fase de elaboração e no planejamento conjunto dos trabalhos a serem executados. É por isso que reafirmamos o desejo de solidificar cada vez mais nossa parceria em prol da causa maior que nos une: a garantia de direitos a todas as crianças e adolescentes”, afirma.



Eliana Almeida do Unicef assinou o painel do Pacto Maranhense

“ A metodologia do selo ‘Município Aprovado’, adotada pelo Unicef, tanto no Semi-Árido como na região amazônica tangencia o fortalecimento das políticas públicas, fomentando a melhoria de indicadores diversos de qualidade de vida nas cidades, onde os governos municipais se comprometem com o atendimento de necessidades da população, e esta participa através de suas organizações, em nível municipal. Assim, avaliamos que os projetos apoiados pelo UNICEF contribuem significativamente para o desenvolvimento das crianças e dos adolescentes dos municípios maranhenses, porque se preocupa com a qualidade das políticas públicas implantadas em cada cidade”

Regina Cabral,

Coordenadora de Projetos do Instituto Formação

“ Para o Ministério Público a parceria com o Unicef facilitou a aproximação com as entidades da sociedade civil com quem a agência já vinha interagindo. Isso foi determinante para o sucesso das nossas ações. Entre os sucessos dessa parceria destacamos a instalação de novos conselhos de direitos da criança e adolescente e conselhos tutelares em vários municípios, a execução de um projeto pioneiro de implantação de fóruns de políticas públicas reunindo educação, saúde, assistência social, FUNDEB, alimentação escolar, meio ambiente e infância e adolescência; e a implantação do Complexo de Proteção à Criança e ao Adolescente no Maranhão”

Maria de Fátima Travassos,

Procuradora-Geral de Justiça do Estado do Maranhão

“ O Unicef no Brasil e, em particular, no Maranhão, tem contribuído de forma efetiva para a elevação dos indicadores sociais.

A parceria é realizada tendo como metodologia a sensibilização, a mobilização, o advocacy. Esta metodologia centrada no pensar, no olhar, na reflexão e no agir tem contribuído para o despertar dos gestores públicos e dos integrantes das entidades da sociedade civil e a população em geral que criança tem direitos; que criança é criança; que há uma cultura infantil e que criança não é um adulto pequeno”

Claudett Ribeiro,

Secretária de Estado da Igualdade Racial

Menor só viaja com documento

Desativado por mais de dois anos, o posto de atendimento do Juizado da Infância e Adolescência é reaberto na Rodoviária Interestadual Nachor Carvalho, em Caxias; menores de 12 anos desacompanhados precisam ter autorização judicial

CAXIAS - Quem decidiu passar as festas de fim de ano em outras cidades acompanhado de menores de 12 anos teve uma surpresa na Rodoviária Interestadual Nachor Carvalho, em Caxias.

É que o Juizado da Infância e da Adolescência decidiu reativar o posto de atendimento instalado no terminal. Além de emitir autorizações para a viagem, o agente da Justiça Estadual agora não permitirá que nenhum menor viaje, desacompanhado dos pais ou de um responsável, sem a autorização da Justiça.

O posto ficou desativado por mais de dois anos por falta de funcionários que pudessem ser deslocados para o local.

Acompanhados da amiga da família Janice da Silva Macedo, os adolescentes João Fernando Macedo de Sousa e Joaquim Macedo de Sousa, de 12 e 13 anos, respectivamente, passaram pelo posto antes de embarcar para o estado do Tocantins.

Foi lá que a mãe e o pai dos menores concederam a autoriza-

ção necessária para que eles pudessem enfrentar mais de oito horas de viagem de ônibus até chegar à terra natal da família onde passarão as férias.

“A família já sabia que ia ter que obter autorização, mas como foi muito corrido não deu para ir até o Fórum. Foi mais rápido e fácil obter o documento na Rodoviária. Isso poupa trabalho e garante a segurança porque se não se pede o documento aqui, quando passam nas barreiras em outros lugares eles pedem. Se não tiver pode haver um constrangimento muito grande”, observou a mãe dos adolescentes, Michele Macedo.

Legislação - Segundo a legislação brasileira, os menores de 12 anos (incompletos) desacompanhados precisam ter uma autorização judicial se em viagens dentro do território nacional.

A autorização judicial é dispensada se o menor estiver em companhia de um dos pais, de ascendente ou colateral com de 21 anos, até o terceiro grau de parentesco (avós, bisavós, irmãos, tios) comprovado

por documento (certidão, carteira de identidade evidenciando a linha de parentesco) ou do responsável (titular da guarda ou tutela); pessoa com mais de 21 anos que tenha um documento oficial comprovando que seja responsável pela criança ou pelo adolescente.

“O documento, público ou particular, deve ser uma autorização assinada pelos dois pais, com firmas reconhecidas. Não há exigências, no entanto se o percurso estiver limitado a comarcas vizinhas, dentro do mesmo estado ou da região metropolitana. Se o menor tiver entre 12 anos e 18 anos, poderá viajar mediante apresentação de certidão de nascimento ou carteira de identidade”, explicou o juiz da Infância e Adolescência, Antônio Manuel Veloso.



Pais ou responsáveis por menores tiveram que apresentar documento

■ Denúncia anônima

Após uma ligação anônima para a delegacia, a equipe de policiais civis foi deslocada ao local informado e prendeu o suspeito. "José de Fátima foi autuado em flagrante e será encaminhado à delegacia de Santa Inês, onde permanece à disposição da justiça", explicou o delegado Carlos Alessandro. Ainda segundo o delegado, as buscas em Buriticupu devem continuar, visto que "Márcio Negão" encontra-se foragido.

■ Saída temporária

Nove detentos da Central de Custódia de Presos de Justiça (CCPJ) receberam o benefício de saída temporária do Natal e Ano Novo. Os nove detentos, cujos nomes não foram divulgados, por questão de segurança, terão sete dias para ficarem com a família, haja vista que o período de saída temporária vai de amanhã (24) ao dia 31 de dezembro. O retorno acontecerá no dia 1º de janeiro de 2011, até as 20 horas. A determinação para a saída temporária dos nove presos da CCPJ foi da juíza Samira Barros Heluy, titular da 5ª Vara Criminal da Comarca de Imperatriz.

■ Retorno

Têm direito à saída temporária os presos que já se encontram em regime semiaberto, que tenham bom comportamento e que já cumpriram pelo menos 1/6 da pena. O diretor da CCPJ, Juarez Júnior, chama a atenção dos detentos que receberam o benefício de saída temporária para a questão do retorno ao presídio. Que não deixem de cumprir os horários pré-estabelecidos para que não se prejudiquem quanto à progressão da pena. Juarez Júnior disse que o número de detentos que receberiam a saída temporária de Natal e Ano Novo poderia ser maior, entretanto os outros detentos já receberam o benefício de estarem albergados, ou seja, com direito a sair para trabalhar e retornar no fim da tarde.

Comarca de Bacuri entrega 1,6t de alimentos a famílias carentes

A Comarca de Bacuri, por intermédio de servidores e ex-servidores, realizou na quinta-feira, 22, a entrega de 1,6t de alimentos e 80 kits de brinquedos a famílias carentes do município. As doações, resultado da “2ª Campanha Natal Feliz”, incluíram uma cadeira de rodas. Foram entregues 160 cestas básicas. Todos os produtos receberam embalagens de presente, com direito a mensagens natalinas.

Os alimentos foram arrecadados com a ajuda da população, servidores, do juiz titular da comarca, Marco Adriano Ramos Fonseca, promotoria de justiça, funcionários da agência do Banco do Brasil, comerciantes e empresários. Advogados militantes em Bacuri e parentes de servidores ofertaram quantias em dinheiro.

Os brinquedos foram oferecidos pela servidora do Tribunal de Justiça Beatrice Campelo Nunes, que é esposa do oficial de justiça da Comarca, Hilton Carlos da Costa Nunes. Já a cadeira de rodas foi doada pelo ex-servidor Marcelo Cosme Moreira, atualmente lotado na Comarca de Pinheiro.

Marco Adriano analisou positivamente o evento, enfatizando o engajamento dos servidores, ex-servidores e familiares. “Este tipo de iniciativa contribui para que o Judiciário demonstre que também exerce responsabilidade social, estando cada vez mais próximo da comunidade”, ressaltou.

A entrega dos alimentos ocorreu no Fórum Dr. Sebastião Leopoldo Mesquita Campos (Rua da Alegria, nº 109, centro de Bacuri).

Beneficiado com indulto de Natal é morto a tiros e facadas na Lagoa da Jansen

O detento Cleib de Almeida, conhecido como "Benzer", foi assassinado, ontem, com mais de 15 facadas e cinco tiros, na Lagoa da Jansen. Cleib andava na área desde a noite anterior, pedindo comida aos moradores e dizendo ter sido beneficiado com a saída temporária do Complexo Penitenciário de Pedrinhas. Alegava que não tinha para onde ir. Ele foi executado por cinco homens que estavam a pé, armados com pistola e faca. ÚLTIMA PÁGINA



"Benzer" no local do crime, depois de ter sido surpreendido e morto por cinco homens

Beneficiado com indulto de Natal é morto a golpes de faca e tiros na Lagoa da Jansen

POR VALQUÍRIA FERREIRA

O detento Cleib de Almeida, conhecido como "Benzer", foi assassinado no início da tarde de ontem com mais de 15 facadas e cinco tiros, todos na região do abdômen e peito. O crime aconteceu à margem da Lagoa da Jansen, em frente a uma casa em construção, localizada por trás da Rua Nascimento de Moraes ou Rua 1 – Bairro do São Francisco.

Segundo populares, Cleib estava andando desde a noite anterior ao crime na localidade, pedindo comida para os moradores dizendo ter sido beneficiado com a saída temporária do Complexo Penitenciário de Pedrinhas de Natal e que não teria para onde ir. É ontem, por volta

das 12h30, quando conversava com Eliomar Fariás Monteiro Júnior, vigilante da casa em construção, foi surpreendido por cinco homens que estavam a pé, armados com pistola e faca. Eliomar Júnior disse à polícia que, quando percebeu que os homens armados se aproximaram, ele teria entrado na casa e só ouviu os tiros.

Cleib de Almeida foi assassinado com mais de 15 facadas no peito e cerca de cinco tiros. A polícia encontrou, na cena do crime, cinco cápsulas de pistola 380, e disse que o local é conhecido como ponto de venda e uso de drogas.

O Instituto de Criminalística (Icrim) e o Instituto Médico Legal (IML) foram acionados para realizar a perícia e retirar o corpo do local.



"Benzer" no local do crime, depois de ter sido morto por cinco homens armados de pistola e faca

Defensoria e parceiros fazem doação de alimentos e brinquedos

A Defensoria Pública do Estado do Maranhão e parceiros doaram, durante a semana, cestas básicas e brinquedos para as entidades Casa Sonho de Criança, que atende portadores de HIV, Casa de Passagem do Estado e comunidades assistidas pela Instituição. O defensor-geral do Estado, Aldy Mello de Araújo Filho, esteve na Casa Sonho de Criança, na quinta-feira (23), fazendo a entrega dos donativos.

Ele foi recebido pela Irmã Mônica Laverriere, diretora da entidade. "O trabalho da irmã Monica nos emociona e nos inspira a fazer da solidariedade e do amor ao próximo uma prática cotidiana", afirmou ela. A Casa Sonho de Criança é uma entidade não governamental que atende em média 70 crianças soropositivas. Algumas moram na casa, outras vêm do interior para fazer tratamento em São Luís.

Na segunda-feira (20), a defensora titular do Núcleo de Defesa da Criança e do Adolescente, Ana Lourena Mouniz, o presidente da Associação dos Defensores Públicos do Maranhão (Adpema), Antônio Peterson Leal, e a coordenadora do Núcleo

Psicossocial da DPE, Silene Gomes, fizeram a entrega de cestas básicas e brinquedos para crianças assistidas pela Casa de Passagem, localizada no Cohatrac.

A ação foi promovida pela Adpema, que realizou uma campanha entre os associados para arrecadação de brinquedos. "Quem trabalha nas Varas de Infância e Adolescência e nas Criminais sabe que a grande maioria das pessoas envolvidas com delitos é ou foi uma criança carente, muitas vezes abandonada, em todos os aspectos. É nosso dever tentar mudar essa realidade e, enquanto não conseguimos, devemos ao menos ajudar a diminuir a dor dessas pessoas, nem que seja com um pequeno gesto sincero e simbólico, como o que estamos fazendo nesta entidade", disse Antônio Peterson.

Na quarta-feira (22), a ação se deu em parceria com a Comunidade Evangélica Casa do Senhor e com a 1ª Vara Criminal, na pessoa do juiz de Direito Lucas da Costa Ribeiro Neto. O Núcleo Psicossocial coordenou a entrega de alimentos e brinquedos nas comunidades da Vila Bob Kennedy e Sitinho.



Defensor-geral do Estado, Aldy Mello de Araújo Filho, entrega cesta a Irmã Mônica Laverriere



Quem trabalha nas Varas de Infância e Adolescência e nas Criminais sabe que a grande maioria das pessoas envolvidas com delitos é ou foi uma criança carente, muitas vezes abandonada, em todos os aspectos. É nosso dever tentar mudar essa realidade”, disse Antônio Peterson, presidente da Associação dos Defensores Públicos do Maranhão (Adpema)